

CURSO PRESENCIAL: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA: COMO EVITAR IRREGULARIDADES E MITIGAR RISCOS.

Os Impactos das Regras, trazidas pela Lei 14.133\21 e as Novas Atitudes dos Agentes de Contratação, na Gestão, Seleção e Fiscalizações Técnica, Administrativa, Setorial e do Usuário, nas Contratações Públicas!

OBJETIVOS:

Capacitar os participantes a compreender a legislação pertinente, os conceitos, princípios e práticas de Gestão, Seleção e Fiscalização de Contratos, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

Objetivos específicos

- conhecer as repercussões da nova Lei de Licitações e Contratos – 14.133\21 - na Gestão e Fiscalização dos contratos, dotando os Agentes de Contratação de conhecimentos necessários ao pleno exercício das suas funções, resguardando os interesses da Administração Pública e alcance da solução contratada sem percalços.
- atuar tempestivamente quanto a solicitação da documentação e aprender a reconhecer a sua autenticidade para consagrar uma Fiscalização eficiente e tempestiva dos contratos de terceirização de serviços até o Termo de Recebimento Definitivo.
- compreender os principais entendimentos – Acórdãos - do TCU e da jurisprudência que impactam na Gestão Fiscalização dos contratos de Obras e Serviços de Engenharia.
- formar novos profissionais que estejam começando a exercer essas funções.

APRESENTAÇÃO:

Atualizado pela legislação pertinente!!!

- A “nova” Lei de Licitações exige dos Gestores, Fiscais e profissionais envolvidos na execução dos contratos administrativos, serviços de engenharia e obras, conhecimento das novas regras para representar a Administração Pública, com eficiência, transparência, legalidade e economicidade.
- Uma zelosa fiscalização impõe atenção quanto aos aspectos trabalhistas e previdenciários, relacionados aos colaboradores terceirizados, a qualidade dos serviços prestados, aos fatos geradores tributários afins a cada natureza de serviço e aos golpes e ardis preparados por maus fornecedores.
- A mitigação destes riscos subsidiários e solidários, exige o acompanhamento, a criação de controles e os procedimentos necessários ao reconhecimento da documentação – pertinente e adequada - que deve ser apresentada pelo contratado para suportar a medição e pagamento.
- Registre-se, que a reforma trabalhista e a Lei de Terceirização trouxeram importantes alterações, que, além das novidades impostas pela Lei 14.133\21, afetam significativamente as contratações de Obras e Serviços de Engenharia.
- Neste curso, apresentaremos os procedimentos para Gerir e Fiscalizar contratos de Obras e Serviços de Engenharia, explicando o passo a passo das fiscalizações técnica, administrativa, setorial e , quando pertinente, do público usuário, além de regras, trabalhistas, previdenciárias, tributárias, acidentárias, ambientais, de sustentabilidade, aspectos mais importantes de Integridade, prevenção dos riscos e irregularidades repetitivas, sem abandono do entendimento dos Órgãos Externos de Fiscalização e da Jurisprudência, quanto a temas polêmicos e relevantes.
- A abordagem será prática, com citação de situações repetitivas, relevantes e de alto risco, ocorridas em grandes organizações, vividas pela experiência de décadas do facilitador, com sugestão de procedimentos mitigatórios geralmente aceitos por entidades referenciais.
- O momento atual enseja, em função das “novidades legais, introduzidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos”, necessidade imperiosa de atualização e capacitação dos responsáveis pelo Acompanhamento, Fiscalização e Gestão dos Serviços Terceirizados.

QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?

Agentes Públicos que atuam na área de planejamento, licitação, execução e pagamentos de contratos de obras e serviços terceirizados, auditores, fiscais de contratos, membros de comissão de licitação e de processo administrativo sancionatório, assessoria jurídica, membros do controle interno e demais profissionais que estejam atuando ou sendo preparados para atuar em qualquer fase do processo de contratações de serviços, como também fornecedores de serviços para a Administração Pública.

QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?

I – 1. DEAMBULAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA NA LEI 14.133\21

1.1. As repercussões e novidades – na fase preparatória, na licitação e fiscalização da execução – trazidas pela Lei 14.133/21, nos contratos de Obras e Serviços de Engenharia. 1.2. As novas qualificações e atribuições do agente de contratação, pregoeiro e comissão de contratação.

II – 2. PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA: ATITUDES DO FISCAL PARA MITIGAR RISCOS E IRREGULARIDADES

2.1. Quem são os responsáveis pela elaboração do ETP, Anteprojeto, PB, TR e Edital? Pontos importantes a considerar na elaboração desses documentos? Dicas essenciais! 2.2. Designação formal da Equipe de Planejamento – Quem designa e quem deve participar. O Fiscal pode participar? 2.3. A Fundamentação adequada do Documento de Formalização da Demanda- DFD, pedido e Justificativa da necessidade

especificada, Identificação e comparação das soluções. Análise de viabilidade da contratação, prospecção de consumo e quantitativos necessários para contratar 2.4. Especificação do Objeto, Escopo e objeto divisível (Súmula 247 -TCU). Definição e especificação clara, do tipo, qualidade, quem disponibiliza, quanto, quando, onde e como, materiais \ utilidades, equipamentos e recursos humanos. Definição do valor estimado da contratação 2.5. Regime de execução e resultados pretendidos. Regras – prazos, dentre outros - de execução 2.6. Procedimentos para Gestão e Fiscalização, conforme previsão legal 2.7. Instrumento de Medição de Resultados (IMR) e penalizações 2.8. Matriz de riscos, visando mitigar passivos, erros e irregularidades. Exemplos de entidades referenciais, como implantar, cláusula de alocação de riscos, conforme exigível na lei 14.133\21, para contratações integradas, semi-integrada e de grande vulto 2.9. Acórdãos do Tribunal de Contas

III – 3. SELEÇÃO DO FORNECEDOR – CONSIDERAÇÕES BÁSICAS E ATITUDES PARA MITIGAR RISCOS E IRREGULARIDADES

3.1. Riscos e irregularidades nas fases de Habilitação 3.1.1 Documentação 3.1.2. Habilitação Jurídica 3.1.3. Habilitação Técnica 3.1.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista 3.1.5. Habilitação Econômico-Financeira 3.2. Riscos e irregularidades, quanto a critérios de julgamento (Tipos de licitação) 3.2.1. Menor preço 3.2.2. Maior desconto 3.2.3. Melhor técnica ou conteúdo artístico 3.2.4. Técnica e preço 3.2.5. Maior lance (no caso de leilão) 3.2.6. Maior retorno econômico 3.3. Modos de disputa 3.4. Riscos e irregularidades na escolha das modalidades de licitação 3.4.1 Pregão 3.4.2. Concorrência 3.4.3. Concurso 3.4.4. Leilão 3.4.5. Diálogo Competitivo 3.5. Riscos e irregularidades em Regimes de execução de obras e serviços de engenharia 3.5.1. Empreitada por preço unitário (EPU) 3.5.2. Empreitada por preço global (EPG) 3.5.3. Contratação Integrada 3.5.4. Contratação semi-integrada 3.5.5. Contratação por tarefa 3.5.6. Fornecimento e prestação de serviço associado

IV – 4. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO NA LEI 14.133\21, COM ÊNFASE EM MITIGAÇÃO DE RISCOS E IRREGULARIDADES

4.1. Procedimentos de Gestão e Fiscalização exigidos na Nova Lei de Licitações para Contratos de Obras e Serviços de Engenharia: 4.1.2. Designação dos Fiscais, atuação dos Fiscais à luz da nova Lei, interpretação das cláusulas, reunião de abertura, acompanhamento – tempestivo – de maneira “preventiva, rotineira e Sistemática”, responsabilidades, IN 05\17 – MPDG 4.1.3. Diferenças entre Gestores, Fiscais, membros do Controle Interno, Assessoria Jurídica e Autoridades. 4.1.4. Erro crasso, erro grosseiro, vícios, favores, presentes, código de ética, flexibilidade, bom senso, conflito de interesses, envolvimento, nepotismo, ardis, governança e integridade 4.2. Duração dos contratos, novidades, prorrogação contratual possibilidades e Expurgo dos custos não renováveis 4.3. Aditivos, acréscimo, supressões e limites. Aditivo para regularizar erro crasso, limites legais 4.4. Garantias e seguros, cláusula de retomada (novidade) 4.5. Preclusão de direitos. Comentários aos artigos 22 a 103 do novo Marco Legal das contratações públicas: a alocação de riscos e seus reflexos ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato 4.6. Processo sancionatório, penalidades administrativas: ações, procedimentos, dosimetria, limites e ritos 4.7. IMR – instrumento de medição de resultado, exemplos de métricas por tipo de contratos: Manutenção, serviços de engenharia e obras 4.8. Fiscalização inicial, intermediária e final. Termo de Recebimento, Parcial, Provisório e definitivo 4.9. Fiscalização preventiva, rotineira e sistemática, atitudes diárias, semanais mensais e final, procedimentos por amostragem. Como fazer. Oportunidades a todos os eventos de risco de serem fiscalizados 4.10. Matriz de riscos”. Quem é obrigado a fazer e em quais tipos de contratos a lei exige. Como fazer 4.11. Subcontratação 4.12. ART, CAT e RAT, documentos de regularidade técnica 4.13. Recebimento do objeto, responsabilidades do projetista consultor na nova lei de licitações e contratos. 4.14. Extinção contratual, hipóteses, formas de conduzir, riscos de pleitos, precauções e consequências 4.15. Pagamento do serviço na nova lei de licitações e contratos, remuneração variável, interpretações e controvérsias, pagamento antecipado e retenções 4.16. Registro de ocorrências, diferenças entre Gestor X fiscal, contratação de terceiros para fiscalizar, aviso público de obra paralisada 4.17. Reequilíbrio, Reajustes e Repactuações

V – 5. REGRAS DE GOVERNANÇA, COMPLIANCE E INTEGRIDADE: NOVIDADES DA LEI 14.133\21.

5.1. Controle interno 5.2. Linhas de defesa 5.3. Segregação de função 5.4. Compliance para contratadas 5.6. Controles Preventivos e Detectivos 5.7. Códigos de Condutas – Concorrencial, de Ética e de Boas práticas 5.8. Mitigação de Riscos Inerentes - Appetite ao Risco e Risco residual 5.9. ESG, Diversidade, Imagem e Reputação

VI – 6. IRREGULARIDADES E INDÍCIOS DE FRAUDES NAS SEGUINTE FASES – COMO PREVENIR

6.1 Planejamento da contratação 6.2 Seleção do fornecedor 6.3 Execução contratual

VII – 7. EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO EM GRUPO

7.1. QUIZ – 60 Questões que facilitarão a aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos 7.2. Apoiados pelo instrutor, aprenderão, na prática, com utilização de situações reais, a elaborar a Matriz de Alocação de Riscos, exigida pela lei 14.133\21,

QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



Severino Gonçalves de Oliveira EXPERIÊNCIA, 45 anos em Auditoria Geral e de Contratações em Empresas Públicas e Privadas. Graduação em Ciências Contábeis pela UFRJ; Pós-graduado em Auditoria e Contabilidade pela UNIRIO; MBA em auditoria, FGV/DELOITTE; MBA em Finanças Empresariais pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC-RJ); ESPECIALIZAÇÕES NO EXTERIOR: Especialização em Auditoria, Contabilidade e Prevenção de Fraudes em Empresas de Petróleo, University of Texas at Dallas, USA; Atualização em Prevenção em Fraudes Corporativas, M I S INSITUTE – Nevada – USA. Professor de MBA da FGV – Fundação Getúlio Vargas, há 20 anos, em Gestão de Serviços, Auditoria de Logística, Auditoria

Avançada, Auditoria das Demonstrações Financeiras e Prevenção de Fraudes nas Corporações; Professor da Universidade Corporativa da Petrobras; Treinou os auditores do Tribunal de Contas dos seguintes Municípios/Estados/União: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Tocantins, Distrito Federal e Brasília; Treinou os Auditores/Oficiais da Polícia Militar do Estado da Bahia; conferencista há mais de vinte anos; palestrou para mais de 2000 pessoas no Congresso de Pregoeiros e de Compras Públicas em Foz do Iguaçu e para centenas de pessoas em Santa Cruz de La Sierra e Cochabanba na Bolívia, além de diversos outros locais no MERCOSUL; Treinou nos últimos vinte anos mais de 8.000 gestores de contratos do Sistema PETROBRAS no Brasil e no Exterior e aproximadamente 30.000 pessoas em diversas empresas públicas e privadas, no Brasil e Exterior; Ministrou cursos para centenas de empresas públicas e privadas com os seguintes títulos: Fiscalização de Contratos Terceirizados, Gestão e Auditoria de Contratos, Técnicas de Redação e Interpretação de Contratos, S.L.A. em Contratos de Serviços, Licitações e Gerenciamento de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, Prevenção de Fraudes na Terceirização, Auditoria em Compras para Gestores de Suprimentos, Auditoria de Contratos de Serviços e Obras Auditoria Governamental, Serviços Terceirizados e Mitigação de Riscos em contratos de Obras e Serviços, A influência do Novo Código Civil nos Contratos de Terceirização; Administrando Pleitos nos contratos de Obras e Serviços e Aplicação da IN 052017 do MPDG – As novas regras de contratações públicas; Dezenas de artigos publicados em diversas Revistas e Jornais de grande circulação e revistas especializadas, tais como: Revista do TC do Município de São Paulo, Revista RH, ANERJ, Consultoria Negócios Públicos, do PR; sobre: Auditoria, Prevenção de Fraudes e Contratos de Serviços; Coautor do Livro “Temas Controvertidos em Licitações e Contratos Administrativos”, editado por Temas e Ideias, do RJ; Autor do “Cartão de Referência de Fraudes em Contratos Terceirizados” editado com sucesso pela Editora Negócios Públicos, do PR.

MODALIDADE PRESENCIAL:

ESTE CURSO INCLUI:

- Mochila
- Apostila Impressa
- Coffee Break
- Almoço
- Certificado de Conclusão

VALOR DO INVESTIMENTO:

- Preço Individual: R\$ 3.690,00
- Três participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 3.650,00
- Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 3.600,00

FORMAS DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser realizado das seguintes formas:

- Empenho



- Ordem de Serviço/Autorização
- Depósito em Conta

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO

IOC Capacitação LTDA

- CNPJ: 10.825.457/0001-99
- Inscrição Estadual: 07.520.699/001-64
- Banco: Bradesco
- Agência: 0606
- Conta: 569906-1

MAIS INFORMAÇÕES:

Telefone 1: (61) 3224-0785 **Telefone 2:** (61) 3223-8360 **Telefone 3:** (61) 3032-9030

E-mail 1: inscricao@onecursos.com.br

E-mail 2: ionecursos@gmail.com

E-mail 3: inscricao@onecursos.com.br